

**Gonçalves de Magalhães em Defesa dos Povos  
Indígenas no Brasil: uma querela contra Varnhagen em  
“Os indígenas do Brasil perante a História”**

**Gonçalves de Magalhães in Defense of Indigenous People in Brazil: a  
quarrel against Varnhagen in “Brazil’s Indigenous People towards  
History”**

*Helena Azevedo Paulo de Almeida*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), é pesquisadora integrante no Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM/UFOP), do Grupo de Pesquisa em História Ética e Política (GHEP/UFOP), do Laboratório de Ensino de História (LEHIS/UFOP) e editora colaboradora da Revista HH Magazine - Humanidades em Rede. E-mail: helenoca@gmail.com

**Resumo:**

No presente artigo, abordaremos o que se entendia pela identidade indígena a partir de autores românticos, aqui exemplificados por Gonçalves de Magalhães. Este autor, atuante desde a primeira geração dos românticos no Brasil, escreve o texto “Os indígenas do Brasil perante a História”, no qual se dedica a defender os povos indígenas contra abordagens maximamente excludentes, como a que propunha Francisco Adolfo de Varnhagen. A partir da análise de Marcelo de Mello Rangel, conseguiremos nos debruçar sobre a proposta de positivação em favor do indígena brasileiro aos olhos de Magalhães, em uma sociedade que permanecia em uma visão estereotipada sobre os povos originários no Brasil.

**Palavras-chave:** Povos Indígenas; Literatura; Romantismo; Gonçalves de Magalhães; Varnhagen.

**Abstract:**

In this article, we will approach the indigenous identity from romantic authors, here exemplified by Gonçalves de Magalhães. This author, acting since the first generation of Romantic Movement in Brazil, writes the essay “Brazil’s Indigenous People towards History”, in which he dedicates the indigenous people defense against maximally excluding approaches, as Francisco Adolfo de Varnhagen proposed. We make our analysis from Marcelo de Mello Rangel work, which is fundamental to understand the “positivation” idea, in indigenous people’s favor by the eyes of Magalhães, who lived in a society ruled by stereotypes and prejudice against the original people in Brazil.

**Key-words:** Indigenous People; Literature; Romantics authors; Gonçalves de Magalhães; Varnhagen.

Durante o período Imperial brasileiro houve, no interior do romantismo, a intenção de construir uma identidade nacional a partir do indígena, de modo que o colonizador português fora fortemente criticado em especial pelos que constituíram a primeira geração romântica, entre eles, Gonçalves de Magalhães. Este autor “prepara parte de seu projeto civilizador a partir da negação dos elementos ditos alienígenas ao espírito brasileiro, adorados, admirados e imitados pelos literatos em geral” (RANGEL, 2005, p. 173). O caráter de uma identidade única sobre o indígena deveria ser ressaltado em favor da construção de uma unidade nacional própria, específica em oposição a Portugal.

Aqui é preciso pensar que existia uma disputa intensa sobre a definição da identidade indígena, como ainda podemos perceber em nossa contemporaneidade. Para os românticos, desde a primeira geração, os indígenas seriam referência do modo de ser do brasileiro, como uma idealização de herói a ser reverenciado. Claro, isso iria se diferir gradualmente de autor para autor; o que nos interessa ressaltar aqui é a exaltação dos indígenas (em sua maior parte, dos povos falantes da língua Tupi) como referencial de coragem, lealdade e altivez, como traz o próprio Gonçalves de Magalhães em “Confederação dos Tamoios”, poema épico publicado pela primeira vez em 1856. No poema, Magalhães ressalta a dignidade e virtude do povo Tamoio, apesar de também fazer referência discreta à antropofagia, praticada por muitos povos indígenas no período colonial.

A própria antropofagia era um elemento constantemente destacado por autores, desde o período colonial, para enfatizar o aspecto “selvagem” dos indígenas, no que viria a ser o Brasil. Esta oposição entre a “selvageria” dos indígenas e a “civildade” dos europeus e seus descendentes, era constantemente ressaltada para desvalorizar os povos originários do Brasil<sup>2</sup>. Um dos autores que se destacaram em

---

<sup>2</sup> Utiliza-se aqui a abordagem sobre “povos originários” como empoderamento político dos povos indígenas no Brasil, a partir da tese do Indigenato, apresentada por João Mendes Júnior,

uma espécie de *guerra intelectual* contra os povos indígenas no Brasil, foi Francisco Adolfo de Varnhagen, com publicações em que se colocava evidentemente contra a presença dos mesmos em território brasileiro<sup>3</sup>.

Por isso, neste texto, pretende-se apontar um pouco dessa disputa intelectual sobre a construção da identidade indígena, a partir da depreciação estipulada por Varnhagen, mas mais precisamente pela defesa dos povos originários, em que se destaca Gonçalves de Magalhães. O método utilizado foi de análise do texto “Os indígenas do Brasil perante a História”, de Magalhães, que se dedicava à crítica da obra de Varnhagen, mais precisamente o “História Geral do Brasil”.

### **A necessária defesa sobre os povos indígenas no Brasil**

O projeto civilizatório dos primeiros anos do século XIX, em relação aos indígenas, tinha como intenção eliminá-los, considerando-os *bravios*<sup>4</sup>. A partir da década de 1830, principalmente, podemos perceber uma relativa mudança ao menos em âmbito legislativo, que suspendia oficialmente o massacre dos Botocudos, instaurado pela Carta Régia de 1808<sup>5</sup>. Essa perspectiva civilizatória foi constante em grande parte do século XIX, mesmo com a suspensão da “guerra ofensiva”. Para Rangel, “conservadores obtiveram a centralização capaz de instaurar seu projeto civilizador através, principalmente, da escrita da história; algo que reconhecemos

---

em 1912. A utilização do conceito de “povos originários” se mostra destacadamente urgente, principalmente considerando os debates sobre a proposta do “Marco Temporal”. Para leitura detida, consultar NOGUEIRA e MASSULO (2019).

<sup>3</sup> Publicações como “Memorial Orgânico” (1849 – 1850) e História Geral do Brasil (1854 – 1857), são exemplos principais.

<sup>4</sup> A polarização entre indígenas “mansos” e “bravios” foi amplamente debatida por autores como John Manuel Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Ronaldo Vainfas, Eduardo Viveiros de Castro, João Pacheco de Oliveira, dentre outros.

<sup>5</sup> O documento em questão é a Carta Régia de 1808, que oficializava a “guerra justa” contra os Botocudos antropófagos. A identidade “antropófaga” teria sido construída contra este grupo, como defende Maria Hilda Baqueiro Paraíso, em “O Tempo da Dor e do Trabalho” (2014).

como uma domesticação do espaço de experiência” (RANGEL, 2005, p. 84). Magalhães, dentro desse debate, pensava especificamente que “o que era ignorado, ou esquecido, romper[ia] destarte o envoltório de trevas, e achará ... lugar entre as coisas já conhecidas” (MAGALHÃES, 1836, p. 145).

Fica claro que, Magalhães escolhe um determinado lugar de posicionamento em relação à construção da literatura e da história indigenista. Esse posicionamento é sujeito a algumas intensificações idealizadas, como aponta Rangel:

Devemos ter cuidado, contudo, com a construção memorial empreendida por Gonçalves de Magalhães. Em duelo com a direção política que governaria, com ambição, o Império do Brasil, herdeiros do ethos despótico e irracional advindos da cultura colonial portuguesa, Magalhães também lança mão do estatuto historiográfico para construir imagens ‘apaixonadas’ (RANGEL, 2005, p. 123).

Não é nossa intenção, porém, estipular um papel essencialmente idealizador à Magalhães. Em alguma instância, a ideia de “civilidade do índio” perante os colonizadores era necessária naquele momento, afinal, como a sociedade brasileira lidaria com as práticas antropofágicas, por exemplo? A partir desta justificativa, ressalta-se a

trajetória de um padrão bipolar que condicionou as maneiras de perceber e interpretar o passado indígena, constituindo um segundo grande tema que está no centro de vários capítulos. Inscrito inicialmente no binômio Tapuia/Tupi, este padrão foi reciclado em várias conjunturas distintas, reaparecendo em outros pares de oposição, tais como bravo/manso, bárbaro/policiado ou selvagem/civilizado. Mas essas percepções e interpretações não ficaram apenas nas divagações historiográficas ou nos debates antropológicos em torno da unidade e diversidade dos índios, pois tiveram um impacto profundo sobre a formulação de políticas que afetaram diretamente diferentes populações indígenas (MONTEIRO, p. 10, 2001).

Considerando isto, Magalhães, em 1860, faria a dualização *índio manso* e *índio bravo*, de maneira mais sutil. Nesta passagem, pode-se perceber qual o nível de civilidade necessária aos indígenas para a boa convivência em sociedade:

O Presidente, que então era o Marquês de Caxias, desejava aldeá-los no Pindaré, mandou-os logo vestir com mais asseio, e deu ao chefe um velho uniforme militar; e assim ornado com elegância, o colocou à sua mesa. Fazia gosto vê-lo com que dignidade natural, sem o menor constrangimento, comia de garfo e faca, e com firmeza nos observava para imitar-nos. Notando que todos os convivas, antes de beber o primeiro cálice de vinho, faziam uma saúde ao General Presidente, tomou ele o seu copo pelo pé, levou-o à altura do peito, murmurou um som, e inclinando a cabeça para o Presidente, bebeu o seu vinho, e logo após enxugou os lábios com o guardanapo. Não cessavam de admirar a inteligência e perspicácia desse selvagem tão senhor de si, que por nenhum ato parecia estranho à sociedade em que pela primeira vez se achava (MAGALHÃES, 1860, p. 65).

Podemos perceber então que Magalhães sabia que aquele “índio”<sup>6</sup> original, descrito pelos primeiros que haviam chegado ao Brasil, não poderia conviver naquela nação que se formava. Mas isso de pouco valia, afinal, aquele “índio” definitivamente não era o mesmo de seu próprio tempo. O que destacar, então, para as gerações seguintes daquele indígena passado? Quais características eram fundamentais para inspirar esse novo povo? Estas eram algumas das preocupações do autor em relação aos grupos indígenas no Brasil. Para além de um pensamento intrínseco àquela sociedade, Magalhães propunha um projeto civilizador próprio, a saber,

um plano que ao mesmo tempo em que advogava pela atenção aos outros, procurava eximir-se de considerações elogiosas acerca da cultura negra, se bem que nunca deixasse de denunciar a escravidão

---

<sup>6</sup> Utiliza-se aqui a conceito “índio”, sempre entre aspas, por não se adequar à pluralidade existente aos povos originários no Brasil. Porém, o termo era utilizado no período abordado e, infelizmente, ainda se encontra em uso, destacando de maneira redutora a multiplicidade cultural.

como instituição inumana. Denunciava os elementos decaídos, não poucos, que permeavam a civilização européia, contudo, na hora de comparar a fina flor da sociedade ocidental aos indígenas, não hesitava em exclamar a superioridade daqueles (RANGEL, 2005, p.124).

Na prática, Magalhães foi bastante criticado ao heroicizar o índio. Sua epopeia indianista “A Confederação dos Tamoios” se tornou alvo de duras críticas no meio literário, incluindo as de José de Alencar e Varnhagen. Não podemos negar, porém, que a posituação do índio por Magalhães foi fundamental, inclusive para reforçar o próprio indianismo romântico e constituir uma memória coletiva mais positivada do indígena, como acontece no texto “Os Indígenas do Brasil perante a História”. Como havia dito Montaigne, “podemos, portanto, qualificar esses povos como bárbaros em dando apenas ouvidos à inteligência, mas nunca se os compararmos a nós mesmos, que os excedemos em toda sorte de barbaridades” (MONTAIGNE, 1987, p.103).

### **Sobre a escrita da história, em Magalhães**

A importância primeira de Magalhães na escrita da história e literatura acerca do indígena é o espaço para a posituação do autóctone. Estes indivíduos que ainda permaneciam em obscuridade e marginalidade. É Magalhães que estipula

Nada de exclusão, nada de desprezo. Tudo o que poder concorrer para o esclarecimento da história geral dos progressos da humanidade merecer deve nossa consideração. Jamais uma Nação poderá prever o seu futuro, quando ela não conhece o que dela é, comparativamente com o que foi. Estudar o passado, é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar. Nada de exclusão; a exclusão é dos espíritos apoucados, que em pequena órbita giram. Sempre satélites, e brilhantes com luz emprestada. O amante da verdade porém, por caminhos não trilhados, em tudo encontra interesse, e objeto de profunda meditação (MAGALHÃES, 1863, p. 145).

O caminho a ser percorrido pela escrita de Magalhães havia sido escolhido. Certa defesa do indígena que se baseava no movimento romântico e contava com uma posituação embasada em pesquisa histórica, mais próxima ao que poderia ser encarado como realidade.

Em 1860, Domingos José Gonçalves de Magalhães publica, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o texto “Os indígenas do Brasil perante a História”. Neste texto, uma crítica direta à “História Geral do Brasil” (1854), de Francisco Adolfo de Varnhagen, Magalhães conclui que

as obras vulgares, como os abortos, nascem por assim dizer já mortas; são logo enterradas para sempre, sem que mais se pense nelas; mas as que nascem viáveis, e têm futuridade, podendo influir sobre os nossos juízos, pedem sério exame, tanto mais quando felizmente vivem os seus autores, e podem melhorá-las (MAGALHÃES, 1860, p. 64).

Assim, uma das primeiras críticas gerais, não necessariamente direcionada a Varnhagen, e que particularmente chama a atenção, é a de que os “historiadores nacionais” contaminados pelos espíritos dos respectivos partidos, julgam os acontecimentos a partir de suas “feições”. De uma forma ou de outra, Magalhães aponta para a intencionalidade própria aos discursos que vinham sendo construídos em relação aos indígenas, baseado em estereótipos múltiplos e maximamente depreciadores, como a selvageria e barbárie, mencionadas anteriormente. Assim, destaca-se a importância de tal texto que se colocava contra aos frequentes descréditos aos povos originários, colocando Magalhães em uma posição de “verdadeiro intelectual”, como defende Edward Said, já que “nunca são tão eles mesmos como quando, movidos pela paixão metafísica e princípios desinteressados de justiça e verdade, denunciam a corrupção, defendem os fracos, desafiam a autoridade imperfeita ou opressora” (SAID, 2005, p. 21).



Para tal apontamento, o Magalhães menciona a maneira como “desfiguram as crenças e infamam os usos e costumes; sendo que de ordinário só nos parecem razoáveis os nossos [costumes]” (MAGALHÃES , 1860, p. 3); o que demonstra nitidamente uma grande preocupação de Magalhães com a relação entre Eu e Outro. Para o poeta...

era necessário denunciar o processo de subaproveitamento dos probos brasileiros, diria Magalhães, desnudando a *maligna realidade então construída pelos colonizadores*, a saber, a de que os portugueses seriam responsáveis pela construção de uma moralidade digna que teria salvado parte significativa daqueles outros da barbárie. O autor fluminense denunciava, assim, a existência de uma intelligentsia brasileira capaz de atuar em prol dos interesses próprios à sua realidade e de comprovar que o novo Estado era digno de libertação, enfim, de alterar verdadeiramente os rumos (Grifo nosso. RANGEL, 2005, p. 21).

A partir desta perspectiva, ou seja, da desconstrução da ideia mais comum de que os portugueses seriam os responsáveis pelo resgate dos indígenas que se encontrariam na barbárie, Magalhães daria continuidade a uma defesa “filantrópica” desses indivíduos, termo intensamente criticado por Varnhagen<sup>7</sup>. Claro é que uma defesa dessa dimensão não teria começado por ele. A consciência do que estamos chamando de positividade, neste caso em relação ao indígena, está ligada diretamente a uma das perspectivas antropológicas em vigor na Europa<sup>8</sup>, e pode ser

---

<sup>7</sup> A ideia de filantropia foi muito importante no período Imperial brasileiro, baseada também na noção de experiência: “As viagens são a escola do homem, ele não dá um passo sem aumentar os seus conhecimentos e ver recuar diante de si o horizonte. À medida que avança, seja através de observações próprias, seja lendo os relatos de outros, ele perde um preconceito, desenvolve o espírito, apura o gosto, aumenta a sua razão acostumando-se ao altruísmo. E tanto por necessidade quanto por justiça em relação à humanidade, sente-se a cada vez impelido a se tornar melhor, dizendo a si mesmo segundo o filósofo inglês Tolland: o mundo é a minha pátria, e os homens são meus irmãos” (Bibliothèque Universelle des Voyages Apud. GUIMARÃES, p. 3)

<sup>8</sup> Embora no continente europeu estivesse em voga o que chamamos de *antropologia física*, não nos referimos à tal área, mas à sua contraproposta menos importante para o período, que chamaríamos de *antropologia social*.

rastreada na literatura que se refere ao Brasil a partir de Alexander Von Humboldt, dentre outros autores.

O naturalista alemão, mencionado pelo próprio Magalhães em 1860, o influenciou de uma maneira um tanto peculiar em relação ao próprio período, por meio desta “positivação”. É a partir desta metodologia que Humboldt apresenta a outro naturalista viajante - que desembarcara no Brasil no início do século XIX após a abertura dos portos às nações amigas - a possibilidade de entendimento do Outro em seu próprio meio, a partir do acolhimento e descrição de parte ao menos do que é diferente. O príncipe Maximilian de Wied-Neuwied, que teve Humboldt como tutor antes do seu embarque para o Brasil, desenvolveria, a partir desta viagem, um dos relatos mais verossímeis, até aquele momento, “em defesa” dos indígenas<sup>9</sup>.

Assim como o príncipe Maximilian, Magalhães critica o fascínio com que as leituras e produções de textos experienciavam o mistério e a superstição, quando o assunto se tratava dos povos originários. Esta crítica se dava quando prevaleciam contos fantásticos, escritos por indivíduos que: 1) não teriam tido contato algum, ou pouco contato, com esses indígenas (que é outra crítica direcionada a Varnhagen); 2) que já os olhassem de maneira estranha por comparação aos seus costumes; e/ou 3) que apenas se baseassem em relatos feitos por terceiros, possibilidade esta que se estende de forma mais generalizada no sentido de criar uma imagem tendenciosamente pejorativa desses povos. Para Magalhães, “as notícias que sobre os indígenas da América, e com especialidade os do Brasil, nos deixaram os primeiros Europeus que deles escreveram, são tão contraditórias, que as não podemos aceitar todas sem exame” (MAGALHÃES, 1860, p. 5).

Uma das possibilidades para esse exame do passado era acompanhar e continuar as discussões baseadas no diálogo e na crítica. O diálogo e a crítica construtiva são muito importantes para Magalhães, e isto fica claro desde a

---

<sup>9</sup> Para leitura sobre a relação entre Humboldt e o príncipe Maximiliano, consultar CASCUDO, Câmara: “O Príncipe Maximiliano no Brasil”.

introdução de “Suspiros Poéticos”. Em “Lede”, introdução de “Suspiros Poéticos e Saudades” publicado pela primeira vez em 1836, Magalhães já fala da “boa fé” necessária a esta e a toda e qualquer leitura, embora também soubesse que haveria “olhos de prisma [que] tudo decompõem, e como as serpentes sabem converter até o néctar das flores” (MAGALHÃES Apud. CANDIDO, 1966, p. 260). A crítica, tão importante para o poeta, fomentava o diálogo para que fosse possível...

apontar os equívocos do poeta [que] era fundamental [para] compartilhar da radicalidade de sua visão. Radicalidade que significa atitude filosófica, movimento que, segundo Magalhães, poucos estavam preparados para empreender. Aqui, claramente, o autor do Discurso demonstra que sua noção de diálogo não se remete a muitos. A alguns privilegiados, todavia, conquista que se dava através de muito trabalho e dedicação, e não mais pela posição social e/ou pela nobreza do sangue (RANGEL, 2005, p. 33).

Tal diálogo seria feito, então, por pessoas dedicadas ao estudo e à reflexão. Porém, a sociedade como um todo julgava o “índio” a partir de algo próximo do que foi chamado de “etnocentrismo”, no século XX, e negatização, além de seu silenciamento na escrita da história brasileira. Magalhães aponta como os indígenas eram julgados por sentimentos supostamente naturais ao homem, mas que seriam na verdade culturais, sendo assim construídos e, conseqüentemente, traçados por essa perspectiva “etnocêntrica”:

Mostrar esse elemento tal como ele é, ou ao menos tal como se nos ele apresenta; reabilita-lo aos olhos da filosofia e da história, é o fim a que agora me proponho; não que o seu sangue me circule nas veias, e por ele me fale, mas porque falta-me no coração o amor à humanidade, e na alma a voz da verdade. Nem consentirei que outros afetos venham perturbar a serenidade de tão desinteressada tentativa (MAGALHÃES, 1860, p.7).

### **Sobre a importância da autoctoneidade e alteridade indígena**

Vale ressaltar que o poeta tinha uma posição própria em seu projeto “civilizador”, assim como afirma Marcelo de Mello Rangel: “[Magalhães] afirmava que a conversão à Nação dependia muito do querer do próprio converso, procedia das assertivas construídas por uma inteligência livre, porém consciente de sua incompletude e da necessidade de ouvir” (RANGEL, 2005, p. 13). O poeta indaga o motivo que teria levado Varnhagen a questionar o título de “indígenas”, de modo que os chamava de “vindiços alienígenas”, desmerecendo o pertencimento dos povos originários ao território. Para Varnhagen, era negado aos “estranhos àquelas terras” o próprio pertencimento ao Brasil, tanto para os indígenas do passado quanto os daquele presente. De modo que Magalhães reage e explicita que a escrita da história de Varnhagen era profundamente parcial e, de acordo com Marcelo Rangel:

A conclusão a que chega Magalhães sobre a impossibilidade de se estabelecer com absoluta certeza os dados sobre a origem dos indígenas do Brasil está diretamente ligada à sua concepção de história, à produção de conhecimento humano enquanto resultado eivado de imaginação, da presença do novo, do idiossincrático, da falta constitutiva de vestígios, logo, sempre problemático. É a partir desses argumentos que Magalhães discorda de Varnhagen e afirma ser possível chamar de indígenas os povos que aqui viviam antes da chegada do europeu (RANGEL, 2005, 117).

Outro ponto importante, neste texto em especial, é o de que Magalhães sugere que Varnhagen renegava certa documentação, inclusive relatos de viajantes, e isto para que fosse possível apresentar o que seria as suas “afeições” pessoais. Ou seja, Varnhagen ignoraria conscientemente informações já disponíveis acerca dos indígenas que poderiam estabelecer uma positivação. No decorrer de todo o texto, o poeta aponta, ora com mais sutileza, ora mais diretamente, para a tendência ao obscurecimento de determinados documentos, para a melhor elaboração de um

discurso que negava e negativava a presença indígena na história do Brasil<sup>10</sup>. Na defesa daqueles indivíduos, Magalhães afirmava que a separação, e o que podemos chamar de hibridismo cultural entre povos seria frequente na trajetória humana. Para exemplificar, o Magalhães demonstra que os “povos da antiguidade” teriam passado por essas mesmas experiências, como os britânicos que seriam consequência da “mistura” de saxões, celtas e outros povos<sup>11</sup>. Magalhães defende que se os nossos antepassados não mereciam a denominação de “índios”, nenhum outro povo mereceria:

(...) não vejo em tal caso razão porque, mesmo na acepção rigorosa desse vocábulo, negue *a priori* aos índios o título de indígenas; podendo ser que descendam de algum Adão americano sendo essa a conclusão mais lógica de quem se contenta com o facto geológico e acha irrisório entrar em investigações sobre a procedência dos povos que viviam neste continente (MAGALHÃES, 1860, p. 9).

A crítica de Magalhães se torna ainda mais radical quando aponta que Varnhagen está mais próximo do romance, da ficção, do que a história, no

---

<sup>10</sup> Magalhães critica diretamente, não só a escrita da história indígena de Varnhagen, mas principalmente sua posição, tão reivindicada, como historiador: “(...) Magalhães aponta para o despreparo teórico e metodológico deste último, afirmando que as conclusões pseudoempíricas deveriam ser classificadas como componentes de um romance. A relação que Magalhães estabelece entre história e romance está colocada menos no sentido de prestigiar o valor científico daquela em detrimento de um teor fantasioso deste, do que com o fito de estabelecer os limites pertinentes a cada território, a necessidade de se obedecer às regras próprias a cada campo. Como vimos no primeiro capítulo, ambos os conhecimentos produzem elementos capazes de organizar e maximizar o viver, e devem ser complementares. Nenhum deles é capaz de desvelar o real. E o que Varnhagen fazia, segundo Magalhães, era atribuir ao conhecimento histórico valor inumano, e mais, mal realizava os procedimentos modernos devidos. Era a partir de uma atitude acrítica frente aos documentos e ao desleixo pela vida vivida dos indígenas, ambos resultados de uma visão de mundo sistemática e moralizante, que Varnhagen não seria capaz de perceber dados claros, segundo Magalhães, como a densa religiosidade dos ditos selvagens” (RANGEL, Marcelo de Mello, “Reflexão e diálogo. Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira”, p.120).

<sup>11</sup> Magalhães parte mesmo dos argumentos que o próprio Varnhagen utilizou na escrita de “História Geral do Brasil”, por exemplo, “como também acontecia entre os povos gentios da Europa antes do cristianismo” (p. 129); ou ainda “O estudo e a colonização da América, nessa época, deu aos comendadores luz, aos leitores da fé” (p. 134).

sentido de que ele especularia e ocultava parte da documentação de modo que não se basearia na veracidade, e a sua crítica (no sentido historicista) começava, mais propriamente, a partir de interpretações que eram especulações. O poeta defende enfaticamente o indígena como presença importante na história brasileira e, assim, apresenta algumas maneiras possíveis de perceber como as culturas indígenas influenciaram a “pátria”, e como, na verdade, os portugueses não teriam sobrevivido se não fosse pela compaixão e o sentimento fraternal que esses indivíduos possuíam<sup>12</sup>. Para o autor, “se não assentassem os nossos cronistas que tudo era ignorância e abusões nos selvagens, teriam recolhido muitas observações curiosas, em vez das superficialidades que notaram” (MAGALHÃES, 1860, p. 41), demonstrando assim como o raciocínio “etnocêntrico” de seus predecessores prejudicou a construção de uma imagem mais realista e, por isso positiva, do indígena como participante ativo da história do Brasil<sup>13</sup>.

Magalhães continua “positivando” os povos originários. Isto se torna perceptível quando tematiza e elogia as bebidas desses povos: quando o poeta aponta as bebidas indígenas como “mais hábeis”, diferenciadas e que deveriam ser produzidas comercialmente, temos condições de entender o assombro que provocou, visto que as bebidas fermentadas indígenas, como o cauim, eram produzidas pelas mulheres ao mascar a matéria prima específica de cada bebida, e cuspi-la em vasilhames apropriados. Para muitos, a defesa realizada por Magalhães aponta que “parece certo que algum deus Baco passou a estas partes a ensinar-lhes tantas espécies de vinhos, que alguns contam trinta e duas” (MAGALHÃES, 1860, p. 43).

---

<sup>12</sup> Sérgio Buarque de Holanda discorre sobre isso com afinco em “Caminhos e Fronteiras”.

<sup>13</sup> Aqui concordamos com Marcelo Rangel que demonstra como o “olhar determinista e preconceituoso, resguardado pelos mitos da selvageria inata e do parasitismo improdutivo, ou cometeram injustiças, legando a quem não de direito importantes descobertas, ou não raro, simplesmente porque despreparados, deixaram de perceber importantes informações”, RANGEL, Marcelo de Mello. “Reflexão e diálogo. Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira”, p. 116.

A preocupação de Magalhães com a alteridade pode ser melhor compreendida a partir de sua defesa da heterogeneidade do povo brasileiro, e isto sem que houvesse, necessariamente, uma hierarquização:

Assim, cada continente, fragmento do único primitivo, terá uma raça indígena, sem que por isso deixar de haver unidade de espécie humana, e o que entre os povos americanos parece indicar precedência de outros povos que reputamos mais antigos, talvez apenas seja uma prova de contemporaneidade de civilização, e da conformidade do espírito humano no seu primitivo e espontâneo desenvolvimento (MAGALHÃES, 1860, p. 12).

O mesmo exemplo pode ser utilizado para demonstrar a heterogeneidade desses indígenas, situação minimamente original para aquele período quando, por sua vez, insistia-se em pensar em termos de uma unidade no que tange à cultura nativa, ou, no máximo, estabelecer uma dualidade Tupi/Tapuia sobre os povos indígenas (MONTEIRO, 2001). Como já mencionado, as populações ditas civilizadas pouco teriam analisado os grupos indígenas, baseando seus conhecimentos no senso comum, crendices e superstições<sup>14</sup>. Magalhães não nega certa situação do que considerava ser certo “atraso” no qual os índios brasileiros se encontravam, mas não defende esta situação como total, nem mesmo que estivessem em situação inferior aos romanos na antiguidade e no declínio do seu Império<sup>15</sup>. Uma possibilidade aqui é de que o texto de Varnhagen, “L’Origine Touranienne des Américains Tupis-Caribes

---

<sup>14</sup> Para leitura mais aprofundada, consultar FRANCO, Afonso Arinos de Melo, **O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa**.

<sup>15</sup> Sobre a menção de decadência indígena no texto “Os indígenas do Brasil perante a História”: “Habitamo-nos tanto a considerar os indígenas como selvagens errantes sem lei nem grei, a despeito do que em contrário sabemos continuamos a raciocinar como se eles assim fossem; talvez pelo estado de decadência a que se acham reduzidos os que por esses sertões se refugiaram. Ponde em um lugar dez casais de colonos com moradas fixas, rateando e amanhando a terra para deixar um legado aos seus filhos: e em outro lugar dois ou três casais de nômades, suprimindo o pouco do solo com a pesca e a caça; e no fim de alguns anos poderão os primeiros, por calamidades diversas, estar todos extintos, e os segundos em grande aumento de família” (p. 51).

et des Anciens Egyptiens. Indiquée principalement par la philologie comparée: traces d'une ancienne migration em Amérique, invasion du Brésil par les Tupis”, publicado em 1876, tenha sido escrito para responder, de alguma forma e tardiamente, a Magalhães<sup>16</sup>.

É importante, no sentido de entendermos melhor a possibilidade do que estamos chamando de positividade no texto de Magalhães, ressaltar uma preocupação cara ao poeta e que permeia todo o texto, ora de maneira sutil, ora ocorrendo de maneira direta: a necessidade da promoção do diálogo<sup>17</sup>. Mesmo em “Confederação dos Tamoios”, o poeta apresenta essa possibilidade de diálogo, de compreensão em relação ao Outro. No Quinto Canto de “Confederação”, o próprio diálogo entre Jagoanharo e Tibiriçá é realizado com a intenção de apresentar a religião cristã àquele indígena ainda bravo, ou seja, com o objetivo de apresentar a possibilidade de uma relação dialogal com o Outro, tentando superar o senso comum.

Considerando a própria trajetória do autor, é possível entender a frase final de “Os Indígenas do Brasil perante a História”, já mencionada, como um pedido de compreensão e tentativa de construção mais verossímil do conhecimento. Assim, as “obras vulgares” deveriam ser realmente enterradas para sempre, mas no sentido de que não seriam “viáveis” ou propícias à construção de conhecimento, e não simplesmente esquecidas por não condizer com o discurso político em voga<sup>18</sup>. Assim

---

<sup>16</sup> Para Temístocles César, o texto fora escrito com a intenção de “tentar provar que os índios tupis que habitavam o Brasil no momento da chegada dos portugueses, faziam parte da mesma família dos antigos egípcios”, que demonstraria uma situação de decadência do indígena brasileiro (CÉSAR, 2007, p. 2).

<sup>17</sup> Assim como apresenta Marcelo Rangel: “em Gonçalves de Magalhães o poeta reflete atento ao movimento do real. O sujeito poético constrói mundos, promove diálogos a partir da reflexão e da observação” (RANGEL, 2005, p. 31).

<sup>18</sup> “As obras vulgares, como os abortos, nascem por assim dizer já mortas; são logo enterradas para sempre sem que mais se pense nelas; mas as que nascem viáveis e têm futuridade, podendo influir sobre os nossos juízos, pedem sério exame: tanto mais quando felizmente vivem os seus autores e podem melhorá-las” (MAGALHÃES, 2005, p. 64).



apresentava o poeta, não desmerecendo a obra de Varnhagen, mas sim considerando necessário um “sério exame”, de maneira que ela poderia ainda “influir sobre os nossos juízos”, já que o autor ainda se encontrava vivo, podendo melhorá-la, participar deste movimento que é o do diálogo ou, ainda, do que podemos chamar de crítica.

### Referências Bibliográficas

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*, 2º volume, Livraria Martins Editora, 1959.

\_\_\_\_\_. *Presença da Literatura Brasileira: das origens ao Romantismo*. Editora Difusão Européia do Livro, 1966.

CASCUDO, Luis da Câmara. *O Príncipe Maximiliano, no Brasil*. Livraria Kosmos Editora. Rio de Janeiro, 1977.

CEZAR, Temístocles. Lição sobre a Escrita da História: historiografia e nação no Brasil do Século XIX. *Revista Diálogos*, v. 8, nº. 1, 2004.

----- . Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa: as origens brasileiras da teoria da bondade natural*. Editora Livraria José Olympio, 1976.

GUIMARÃES, Manoel L. Salgado. *História e Natureza em Von Martius: esquadrihando o Brasil para construir uma nação*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, vol.7, n.2, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*, Livraria José Olympio, 1957.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Discurso sobre a história da literatura do Brasil, In: *Revista Nitheroy*, vol 1. 1836.

------. *A Confederação dos Tamoios*. Edição da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

------. Os indígenas do Brasil perante a História. *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e ethnographico do Brasil*, v. 23, Rio de Janeiro, 1860.

------. *Suspiros poéticos e saudades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

MOLLO, Helena M. A construção do passado em História Geral do Brasil. In: *Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*, p.1-9, Lisboa, 2005.

MONTAIGNE, Michel de. *Dos Canibais*. Editora Alameda, 2009.

------. *Ensaio*. Editora Nova Cultural, 1987.

MONTEIRO, John Manuel. *TUPIS, TAPUIAS E HISTORIADORES: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese para Concurso de Livre Docência, Departamento de Antropologia UNICAMP, 2001.

NOGUEIRA, Caroline Barbosa Contente; MASSULO, Débora Silva. A Teoria do Indigenato Vs. Teoria do Fato Indígena (Marco Temporal): breve análise desde a perspectiva do colonialismo interno. Publicado na Coluna Empório Decolonial, no Empório do Direito, 2019. Disponível em: <https://emporiiodireito.com.br/leitura/a-teoria-do-indigenato-vs-teoria-do-fato-indigena-marco-temporal-breve-analise-desde-a-perspectiva-do-colonialismo-interno> . Acesso em 16/11/2020.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *O Tempo da Dor e do Trabalho*. Salvador – BA, EDUFBA, 2014.

RANGEL, Marcelo. *Reflexão e diálogo: liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação brasileira*. Dissertação defendida PUC-Rio em 2005.

SAID, Edward. *Representações do Intelectual: as conferencias de Reith – 1993*. São Paulo – SP, Companhia das Letras, 2005.

Recebido em Setembro de 2020.

Aprovado em Outubro de 2020.